

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 04ª Reunião Extraordinária - 31/08/2012 - 09h00min

Rua Alfredo Guedes nº 1949 - Ed. Racz Center - 8º ANDAR - Sala 803 - Piracicaba-SP

1 **1. Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação
2 da reunião foram encaminhadas em 15/08/2011 a
3 todos os membros da Câmara Técnica, por meio de
4 mensagem eletrônica transmitida por seu
5 coordenador João Primo Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo
7 Coordenador João Baraldi que após dar boas
8 vindas aos presentes, passou para a apresentação
9 dos membros presentes, os participantes se
10 apresentaram, dizendo seus nomes e instituições
11 que representam.

12 **3. Membros Presentes:** Estavam presentes à
13 reunião os seguintes membros: Luiz A. C. S. Brasi,
14 representante do Rotary Internacional; Roberta R.
15 Dalfré, representante da PM de Limeira; Petrus B.
16 Weel, representante da Cooperativa Holambra;
17 Nilton Piccin, representante do Sindicato Rural de
18 Limeira; Walter Antônio Becani, representante do
19 DAEE; Rogério Aurume, representante da PM de
20 Atibaia; José de Sordi Neto, representante da PM e
21 CATI de Nova Odessa; Cláudia Neia Attuasio,
22 representante da APTA SAA-SP; Renata M. de
23 Oliveira e Daniele Selegri, representantes da SMA
24 de Americana; Isabella Clerice de Maria,
25 representante do IAC; Rafael E. Chiodi,
26 representante do IPÊ, João Primo Baraldi,
27 representante do Sindicato Rural de Rio Claro;
28 Lucas Peranovich e Lima e Edwaldo Luis de
29 Oliveira, representantes da Terceira Via; Claudemir
30 Garcia, representante da Agência PCJ; Henrique
31 Bellinasso, representante da CATI; Andréia Collaço
32 Klimionte, representante da UNICAMP/FEAGRI e o
33 Ricardo Dias Pacheco, representante do Sindicato
34 Rural de Piracicaba.

35 **4. Participação da CT-RURAL:** O Sr. João Baraldi
36 deu início a reunião às 09:30, apresentando as
37 retrospectivas dos projetos desenvolvidos em 2011
38 e solicitou aos coordenadores dos Grupos de
39 Trabalho descrever as atividades realizadas em
40 2011/2012 e as propostas para 2013. O Sr. Brasi
41 comentou sobre o projeto de demanda induzida
42 para cadastramento de produtor rural, que até o
43 momento todas as atividades foram aprovadas e
44 está em andamento para execução da Secretaria e
45 Rotary. Ainda ressaltou que será selecionado um
46 GT da CATI para iniciar o projeto e também ressaltou
47 que este projeto é uma conquista inédita e os
48 produtores participantes serão beneficiados.

49 O Sr. Brasi comenta sobre projetos de saneamento
50 na área rural (Dr. Jorge Belix). Ainda ressaltou a
51 parceria com a UNICAMP ou outras instituições
52 para desenvolver os projetos, e também comenta
53 sobre a introdução do saneamento no meio rural
54 nos projetos de PSA, como a criação de barragem e
55 fossas sépticas. O Sr. Baraldi concorda com a
56 posição do Sr. Brasi e comenta a questão da
57 importância do saneamento na área rural e a
58 parceria com a UNICAMP e ainda comenta sobre o
59 comprometimento de assumir os projetos já
60 iniciados por outros.

61 A Dra. Isabella comenta que foi elaborado pelo GT-
62 PSA um relatório de atividades sobre as 06 reuniões
63 realizadas para discutir a política de PSA, ainda
64 ressaltou que o objetivo do GT foi reunir o maior
65 número possível de literaturas e buscas pela
66 internet, além de outras experiências para elaborar
67 as diretrizes dessa política. Relata também que os
68 membros encontraram muitas dificuldades e
69 dúvidas devido às diferentes opiniões e definições
70 entre os membros. A Dra. Isabella comenta que foi
71 elaborado um projeto pelo Dr. Denis para descobrir
72 os caminhos da política, mas não para defini-la.
73 Esta proposta de projeto é para pequeno produtor e
74 se caso evoluir pode ser repassada para o GT-
75 projetos para avaliação. A Dra. Isabella ainda
76 ressaltou que há necessidade de elaborar a política e
77 que o projeto elaborado pelo Dr. Denis é para ajudar
78 no desenvolvimento dessa política. Sr. Brasi e Sr.
79 Rafael reforçam que o projeto do Dr. Denis é para
80 auxiliar na proposta de metodologia para PSA e que
81 o projeto poderá ser enviado para o GT- Projetos e
82 o GT-PSA continua desenvolvendo a política. Sr.
83 Edwaldo comenta o acompanhamento do projeto de
84 PSA de Joanópolis e as dificuldades devido à falta
85 de legislação sobre PSA, a demora na aprovação
86 do projeto Fehidro e no pagamento dos serviços aos
87 produtores, e ainda que não é garantido a
88 continuidade do projeto, devendo ser uma verba
89 carimbada para esses serviços. Ainda ressaltou que
90 a realidade dos produtores é diferente e que o PSA
91 deveria ser um estímulo para o produtor aprender a
92 utilizar a terra e para conscientizá-lo. A Dra. Isabella
93 ressaltou que não houve concordância com as ideias
94 entre os membros do GT-PSA para definição de
95 uma política. Sr. Petrus comenta que até hoje não
96 encontrou uma política para PSA que estabeleça as
97 formas de pagamento e que acompanhou 08
98 projetos de PSA diferentes uns dos outros. Sr. Brasi
99 comenta que o grupo de PSA surgiu para fazer

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 04ª Reunião Extraordinária - 31/08 /2012 - 09h00min

Rua Alfredo Guedes nº 1949 - Ed. Racz Center - 8º ANDAR - Sala 803 - Piracicaba-SP

100 vistorias em campo com uma visão de PSA, mas
101 que a visão de PSA tem que ser do PCJ e da CT-
102 Rural como um todo. Sr. Rafael comenta a questão
103 da dimensão do PSA dentro do comitê PCJ e
104 questiona onde o GT- PSA quer chegar. A Sra.
105 Cláudia e o Sr. Baraldi discutem sobre a política e
106 procedimentos para atender o PCJ, comentam que
107 se a CT-Rural não desenvolver as diretrizes não há
108 quem realizá-la. Fica definido que a Dra. Isabella
109 deverá enviar aos membros da CT-Rural e GT-PSA
110 que não receberam o relatório das atividades e que
111 deverá ser enviado por email o projeto elaborado
112 pelo Dr. Denis para discussão na próxima reunião
113 do grupo. O Sr. Brasi comenta que poderá ser
114 criado um grupo de discussão na internet para
115 melhor agilidade dos assuntos.

116 O Sr. Petrus comentou sobre o projeto de Produção
117 e Reservação de Água no Meio Rural e apresentou
118 os resultados. Já foram levantadas ideias nas
119 participações em congressos, eventos e visita
120 internacional em Portugal sobre o assunto, mas não
121 foi formado um grupo específico. Existe a tentativa
122 de formar uma equipe para buscar novas
123 informações de propostas de preservação. O Sr.
124 Petrus ainda comentou que a CT-Rural deverá
125 acompanhar e estudar a proposta elaborada pelo
126 Consórcio PCJ de implantar 02 barragens nos rios
127 Camanducaia e Jaguari e que em parceria com o
128 Dr. Denis estão elaborando uma proposta de
129 alternativa de gerenciamento e uso da água no meio
130 rural através da implantação de um PSA para
131 reservação de água, como absorver água de chuva,
132 conservação do solo, incentivos ao produtor no
133 plantio direto e ajuda nas linhas de financiamento. O
134 Sr. Edwaldo fomenta que deverá existir o incentivo
135 para a proteção das encostas e não só das matas
136 ciliares e que o produtor deve receber incentivos
137 para aprender a utilizar a terra. Ainda comenta que
138 não resolve apenas pagar ao produtor, o processo
139 deve ser através de aquisição de valores. A Dra.
140 Isabella fomenta que não é apenas o plantio nas
141 matas ciliares, as áreas devem ser produtivas e os
142 produtores precisam de assistência técnica. Ainda
143 ressalta que o produtor faz o plantio de determinada
144 cultura em áreas irregulares pois não tem outra
145 opção ou ainda por falta de informações e
146 conhecimento. O Sr. Edwaldo comenta ainda que
147 há necessidade de capacitação técnica, alternativas
148 e assistência técnica para os produtores. O Sr.
149 Petrus ressalta que o problema é não deixar a água
150 da chuva ir embora sem aproveitamento, que

151 deverá reservá-la com novos estudos para áreas de
152 armazenamento. Sr. Baraldi interrompi a reunião por
153 10 minutos.

154 As 11h a reunião foi retomada com a apresentação
155 dos membros presentes restantes, cada participante
156 se apresenta, dizendo seus nomes e instituições
157 que representam.

158 O Sr. Brasi, Sr. Petrus e Sr. Baraldi comentaram
159 sobre o projeto de outorgas e licenças. Havia um
160 censo de mudança de 5m³ para 50m³ para isenção
161 de outorga, mas o projeto parece não estar fluindo.
162 O Sr. Brasi ressalta que a Secretaria do Estado de
163 Agricultura está preocupada com a situação da
164 mudança de outorga e que o processo está
165 caminhando. O Sr. Baraldi se manifesta com uma
166 opinião particular relatando que a situação não pode
167 continuar assim e que a situação está bagunçada,
168 ainda se manifestou com um exemplo do município
169 de Rio Claro que tem 1500 proprietários e o DAEE
170 não tem condições de fiscalizar e ainda ressalta que
171 o custo é muito alto para cadastrar todos esse s
172 proprietários e com o aumento do volume da
173 isenção, melhoraria todo o sistema. O Sr. Baraldi
174 também comenta que a GT- Cobrança tem o
175 levantamento dos dados e tem trabalhado com
176 honestidade a respeito desse assunto. O Sr. Brasi
177 comenta que a ESALQ tem estudos de outros
178 comitês sobre outorga, e ressalta que compete ao
179 Comitê PCJ e a CT-Rural propor mudanças para
180 outorga. Também enfatizou que está estudando
181 sobre os mananciais do PCJ e que a outorga é de
182 muita importância e de grande preocupação, ainda
183 comenta que a outorga do Sistema Cantareira será
184 revisada em 2013. O Sr. Baraldi comenta que o
185 problema é a falta de reservação de água, que
186 deverá ser construída barragens como a do
187 Cantareira e ainda enfatiza que a falta de água é
188 devido a má organização e falta de seriedade do
189 país. O Sr. Edwaldo surge com uma idéia que os
190 projetos de PSA poderão pagar pela outorga
191 insignificante e que o pagamento pela outorga
192 poderá ser realizado através de pontuação quanto
193 ao nível de conservação da área pelo produtor. O
194 Sr. Brasi complementa que o valor da outorga é alto
195 e se a outorga for realizada em conjunto facilitaria.
196 O Sr. Braraldi comenta que em 2013 poderá ser
197 criado um grupo para discutir o assunto. O Sr.
198 Henrique fomenta da Resolução SMA Conjunta
199 dispensando o licenciamento para várias atividades
200 e questiona o posicionamento prático da CETESB.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 04ª Reunião Extraordinária - 31/08 /2012 - 09h00min

Rua Alfredo Guedes nº 1949 - Ed. Racz Center - 8º ANDAR - Sala 803 - Piracicaba-SP

201 Fica estabelecido a retomada em 2013 de um grupo
202 para outorgas e licenças em conjunto com a CT-
203 Outorgas e Licenças e CT- Rural. Fica estabelecido
204 formalizar novamente o grupo.

205 Sr. Brasi comenta que deverá ser divulgado na
206 mídia a evolução dos projetos da CT-Rural e das
207 atividades dos Grupos Técnicos prestando contas e
208 esclarecendo as propostas para 2013. Ressalta que
209 o GT-PSA tem um cenário para reuniões, vistorias e
210 novas metas.

211 Foi apresentado para o Sr. Claudinei, representante
212 da Agência PCJ, os relatos sobre o Projeto Piloto
213 Produtor de Água /PSA – PCJ/SP. O Sr. Petrus
214 ressalta para ciência de todos que o grupo de
215 vistoria decidiu em pagar os produtores
216 independentes da situação do projeto e da vistoria
217 realizada. Também comenta que o produtor tem que
218 realizar a manutenção e não está cumprindo o
219 contrato. Ainda ressalta que o produtor está
220 recebendo pouco e não pode ser responsabilizado
221 pela falta de organização da TNC. Diante dos fatos,
222 foi definido que será realizada uma Reunião
223 Extraordinária com o GT- Acompanhamento, TNC e
224 o Consórcio PCJ para definir a continuidade do
225 projeto. Também foi definido que será realizado um
226 relatório sobre o que foi detectado do projeto e das
227 vistorias. Ainda foi enfatizado que a TNC já
228 apresentou problemas quanto a prestação de
229 contas e que há necessidade de resolver o
230 problema para o projeto não parar e ou se agravar
231 devido a grande importância desse projeto piloto.

232 O Eng. Lucas apresentou um projeto da Terceira
233 Via, "Boas Práticas de Uso e Conservação dos
234 Recursos Hídricos no Meio Rural" e em seguida
235 solicitou sugestões e contribuições para o projeto.
236 Os membros se manifestaram, a Dra. Isabella
237 propôs uma metodologia sobre o
238 geoprocessamento do projeto, o Sr. Henrique
239 também comentou sobre a metodologia do
240 geoprocessamento e a Sra. Cláudia sugeriu maiores
241 áreas prioritárias em aspectos como água e
242 vegetação, não somente sobre o solo.

243 **6. Informes e Considerações Finais:** As atividades
244 descritas nessa reunião referente aos grupos de
245 trabalhos deverão ser enviadas por email a todos os
246 membros da CT-Rural para aprovação na próxima
247 reunião. O Sr. Luis Fernando Amaral Binda,
248 representante do Sindicato Rural de Campinas e

249 Jundiaí nomeia através de procuração o Sr. João
250 Primo Baraldi poderes para fim específico desta
251 reunião. Finalizando a reunião, o Sr. Baraldi
252 agradece a participação de todos e expressa
253 satisfação pelos membros. Nada mais havendo a
254 tratar, o Sr. João Baraldi encerrou a reunião e eu,
255 Roberta Ribeiro Dalfré lavrei a presente ata.

256
257 Piracicaba, 31 de Agosto de 2012.

258
259 João Primo Baraldi
260 Coordenador

261
262 Luiz A,C,S,Brasi
263 Coordenador Adjunto

264
265 Denis Silva
266 Secretário da CT-Rural
267